

Encontro de Procuradorias Fiscais sedia reunião da Anape, com foco na autonomia da Advocacia Pública



Divulgação Anape

Conselho Deliberativo da Anape reuniu-se no dia 29 de abril, em Belém (PA)

Na última segunda-feira (29/04), foi aberto, em Belém (PA), o *XI Encontro Nacional de Procuradorias Fiscais (ENPF)*, promovido, até 1º de maio, pela Associação dos Procuradores do Estado do Pará, em parceria com a Anape, e com o apoio do governo do Pará. Além de oficinas, palestras e outras atividades, o evento incluiu, em sua programação, a reunião do Colégio Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg) e do Conselho Deliberativo da Anape.

Mobilização - Na reunião do Conselho Deliberativo da Anape, que contou com a participação dos dirigentes das associações estaduais, incluindo a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, foram discutidas ações institucionais de reforço de prerrogativas e garantias da classe. A ênfase foi para o *Dia Nacional da Mobilização pela Autonomia da Advocacia Pública*, que será realizado no próximo dia 14 de maio, em Brasília.

O ato, que está sendo organizado pela Anape, com a participação de entidades representativas de advogados públicos federais e municipais, começará às 8h, com concentração, na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Na parte da tarde, às 14h, advogados públicos de todo o país irão ao Congresso Nacional para reforçar os

pleitos, visando à assinatura, pelos parlamentares, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que institui a autonomia da Advocacia Pública. Às 16h, haverá ato solene no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Assinaturas - A PEC, que concede autonomia à Advocacia Pública está em fase de recolhimento de assinaturas, para ser protocolada. São necessários 171 apoios para o texto ser oficializado e passar a tramitar. Até a última segunda-feira, três deputados federais por Minas Gerais já tinham assinado a proposta: Célia Xakriabá (PSOL); Lafayette de Andrada (Republicanos) e Eros Biondini (PL).



Divulgação Anape

A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, defende autonomia administrativa e financeira para a Advocacia Pública, por questão de paridade e equilíbrio de forças com as demais funções essenciais à distribuição da Justiça

Deputados federais - Segundo explica a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, as assinaturas garantirão a tramitação da PEC, na Câmara dos Deputados, em atendimento às prerrogativas da classe. “À Advocacia Pública deve ser assegurada autonomia administrativa e financeira, para que seja garantida a continuidade de prestação de serviço e a independência funcional, assim como ocorre com os demais órgãos reputados pela Constituição Federal como essenciais à Justiça, como o Ministério Público e a Defensoria Pública. Defendemos a autonomia para a Advocacia Pública, por uma questão de paridade e equilíbrio de forças”, defende.

“Por isso, convocamos os associados da Apeminas, com proximidade com os parlamentares, que entrem em contato conosco, para que possamos apresentar nossos argumentos e buscar mais assinaturas junto aos deputados federais por Minas Gerais”.

Senado - Atualmente, há uma PEC no Senado Federal (PEC 82/2007), que atribui autonomia funcional e prerrogativas aos membros da Defensoria Pública, Advocacia da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria das autarquias e às Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Tema de abertura foi Reforma Tributária

Na conferência de abertura, dedicada ao tema da Reforma Tributária, o presidente da Apepa, Roland Massoud, e o presidente da Anape, Vicente Braga, receberam a vice-governadora do Estado do Pará e auditora fiscal de Tributos Estaduais, Hana Ghassan Tuma; a presidente do Conpeg, Inês Maria dos Santos Coimbra; e a procuradora-geral do Estado do Mato Grosso do Sul, Ana Carolina Ali Garcia.

Na tarde do dia 29, antes da solenidade de abertura, foram realizadas reuniões dos corregedores-gerais; do Conselho Deliberativo da Anape; das chefias das Procuradorias Fiscais; e do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg). O dia 1º de maio foi dedicado ao compartilhamento de boas práticas.

No dia 30 de abril, das 8h30 às 10h30, a procuradora do Estado de Minas Gerais,



Redes sociais Apepa

Daniela Victor de Souza Melo (diretora de Comunicação e Relações Institucionais da Apeminas), participou, como palestrante, da Oficina sobre *Aproveitamento de Créditos de Transferência entre Estabelecimentos do Mesmo Contribuinte*, ao lado do auditor fiscal de Receitas Estaduais do Pará, Rafael Carlos Camera. Ao centro, o procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Cândido Inácio Martins de Oliveira, que atuou como presidente de Mesa.



Divulgação Apeminas

Procuradores mineiros prestigiaram o evento e atualizaram seus conhecimentos na área fiscal: Antônio Carlos Diniz Murta; João Paulo Pinheiro Costa; Lyssandro Norton Siqueira; Daniela Victor de Souza Melo (palestrante e diretora de Comunicação e Relações Institucionais da Apeminas); Célia Cunha Mello (presidente da Apeminas); Maria Clara Teles Terzis Castro e Geraldo Junio de Sá Ferreira



Redes Sociais PGE/AM

A procuradora do Estado de Minas Gerais, Daniela Victor de Souza Melo (primeira fila, primeira à esquerda), participou da reunião extraordinária do Conpeg, representando o advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Castro. Na sexta posição, mais ao centro, a procuradora-geral do Estado de São Paulo e presidente do Conpeg, Inês Maria dos Santos Coimbra.



Divulgação Apeminas

Registro de um encontro no evento das Procuradorias Fiscais: a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, e o ouvidor nacional de Justiça, Marcello Terto e Silva. Ele participou, como palestrante, do painel de encerramento, realizado na última terça-feira, dia 30, dedicado ao tema *Novos rumos da execução fiscal*.

■ APEMINAS - GESTÃO DE JULHO DE 2024 A JUNHO DE 2026

Formada a Comissão Eleitoral

Em conformidade com o art.47 do Estatuto da Apeminas, que estabelece, até o quinto dia útil de maio, o prazo para designação de um presidente e dois membros para a Comissão Eleitoral, assumem, como integrantes, para dirigir o processo eleitoral referente à próxima gestão (de julho de 2024 a junho de 2026), os seguintes associados: Presidente: Helena Retes Dolabela Pimenta. Membros: Lucas Oliveira Andrade Coelho e Cristiane de Oliveira Elian.

Ainda segundo o estatuto, as eleições devem

ser realizadas pelo sistema de chapas completas para a Diretoria Executiva, para o Conselho Fiscal e para o Conselho Consultivo.

Datas e prazos

>> As eleições devem ser realizadas a cada dois anos, na segunda quinzena de junho, em data a ser fixada pela Comissão Eleitoral.

>> O registro da candidatura das chapas deve ser protocolado perante a Comissão eleitoral até as 18 horas do 15º dia anterior à data designada para as eleições.

>> Caberá à Comissão Eleitoral convocar os associados para as eleições, por meio de Edital, que deve ser publicado no site da Apeminas, nas dependências da AGE-MG, e, ainda, por qualquer meio de transmissão eletrônica de dados, até 30 dias antes da data da eleição.

Informações sobre o processo eleitoral integram o Estatuto da Apeminas, que está disponível no site da associação (na aba *A Apeminas*). Para seguir direto, clique [aqui](#).

